

SIMULADO **2ª FASE**

XXVII EXAME DE ORDEM DA OAB

DIREITO CIVIL



Estratégia
OAB

2º Simulado OAB

XXVII Exame de Ordem

Olá, pessoal!

Agora que finalizamos todo o conteúdo teórico de Direito Civil processualizado e já finalizamos a parte de “como fazer as questões”, vamos fazer a primeira parada no nosso curso para começar a preparar você “na prática”. Hoje é o dia do nosso primeiro simulado com correção em vídeo!

ATENÇÃO!

Essa não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas; ou seja, VOCÊ NÃO VAI ME ENTREGAR NADA! As rodadas de correção individualizada ocorrerão mais adiante, depois que você finalizar o conteúdo teórico, o “como fazer questões” e o “como fazer peças”. **ESSE SIMULADO É UMA AUTOAVALIAÇÃO!!! VOCÊ MESMO(A) VAI CORRIGIR, A PARTIR DA AULA EM VÍDEO, SUA PEÇA E SUAS QUESTÕES, OK!?** Você também pode conferir os apontamentos teóricos que eu fiz no fim da aula, pra ajudar você a fixar o conteúdo, consultar o gabarito comentado e, ao final, a distribuição dos pontos de cada questão, exatamente como faz a FGV!

Tente fazer o Simulado com o máximo grau de realismo, respeitando o limite de tempo e o limite de linhas da prova. Se possível, imprima esta aula e a use como “caderno de prova”, usando o espaço de linhas que está já predisposto. O meu objetivo é aqui exatamente “simular” a prova que você teria diante de si no dia D, para que você comece a ter mais segurança para resolver a prova.

A tranquilidade é muito importante e, caso você tenha alguma dúvida quanto à correção, pergunte para mim durante a correção ao vivo, ok? Se você não for acompanhar a correção ao vivo, tire suas dúvidas também no Fórum de Dúvidas, na página do aluno. E você, aluno na Monitoria, farei um acompanhamento mais personalizado a respeito desse simulado com você, OK!?

Como eu não corrigirei essa peça individualmente (você terá a correção individualizada, mais à frente, conforme nosso cronograma presente na aula demonstrativa), é muito importante que você seja “rígido” consigo mesmo na hora de efetuar a autocorreção. Nada de amolecer e se elogiar! =)

Vamos lá!

Eu disponibilizei esse caderno de prova de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em Direito Civil do XXVII Exame possam praticar. Por isso, peço para você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para

os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

Por outro lado, infelizmente, há quem queira lucrar com isso, inserindo meus simulados gratuitos e abertos em "pacotes pagos", sem minha autorização. Se você souber que alguém está fazendo isso, me avise, para que possamos tomar as medidas cabíveis.

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

Bons estudos!

Prof. Paulo Sousa



Peça Prático-Profissional

O promitente comprador de um apartamento, Enzo, manejou ação de revisão contratual cumulada com indenização por danos materiais e morais contra a promitente vendedora, Projeto Imobiliário X. Na lide, que tramita na Comarca de Santa Cruz de Minas/MG, alegou atraso na entrega do imóvel.

Por conta disso, pediu a condenação da ré nos seguintes termos: i) ressarcimento pelos valores pagos a título de taxa de condomínio no período anterior à efetiva entrega das chaves e imissão na posse do imóvel, alegando abusividade da cláusula 8.1 do contrato, cuja redação é “após a expedição do habite-se, a responsabilidade pelas despesas condominiais é do comprador”; ii) indenização pelos lucros não auferidos em razão da demora na entrega; iii) danos morais. Pugnou, ainda, pela aplicação do CDC ao caso. Todas as provas pertinentes e relevantes dos fatos constitutivos do direito do autor foram carreadas nos autos.

Na contestação, a ré suscitou preliminar de ilegitimidade passiva, além de alegar, no mérito, a validade da cláusula questionada no item i, bem como o descabimento de danos morais por mero inadimplemento contratual. Além disso, aduziu que a situação casuística não demonstrou a ocorrência dos lucros cessantes alegados pelo autor.

O juízo de primeira instância, transcorridos regularmente os atos processuais, julgou improcedentes os pedidos do autor, entendendo pela inexistência de abusividade da cláusula 8.1 do instrumento contratual. Igualmente, julgou improcedente o pedido de dano moral, alegando não haver dano indenizável, bem como o pedido de indenização pelos lucros cessantes.

Da sentença proferida já à luz da vigência do CPC/2015, o autor interpôs recurso de apelação, mas o acórdão no Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve integralmente a decisão pelos seus próprios fundamentos, sem motivar específica e casuisticamente a decisão. O apelante, diante disso, opôs embargos de declaração por entender que havia omissão no acórdão, para fins de prequestionamento. Os embargos, contudo, foram rejeitados pelo Tribunal, aplicando-se a multa prevista na lei para a hipótese de embargos meramente protelatórios.

Na qualidade de advogado(a) de Enzo, elabore a peça processual cabível no caso, excluindo-se a hipótese de novos embargos de declaração, em face do acórdão do Tribunal, indicando os seus requisitos e fundamentos nos termos da legislação vigente.

Peça Processual - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	

124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Questão Discursivas 01

Há cinco anos, Paulo, que atualmente conta com dez anos de idade, está sem receber a pensão alimentícia de seu pai, João, apesar da sentença que fixou os alimentos já ter transitado em julgado. Paulo, representado por sua mãe, Sueli, promove execução de alimentos, no valor de R\$ 150.000,00, pelas prestações vencidas, devidamente corrigidas, bem como pelas prestações vincendas.

No desenrolar do processo, para pagamento da dívida, foi determinada penhora do imóvel em que João e Francisca, sua atual companheira, residem. O imóvel, avaliado atualmente em R\$250.000,00, é o único bem adquirido onerosamente pelos conviventes, mas está registrado apenas no nome de Francisca. Frise-se que na união em questão não foi formalizada a adoção de qualquer regime de bens. Considerando que a penhora recaiu apenas sobre a parte que cabe a João, responda aos itens a seguir.

A) Há fundamento para penhora do bem descrito?

B) Se realizada alienação judicial, como fica a situação do bem em relação a Francisca?

Questão 01 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 02

Havendo a necessidade de atuar na cidade de Campo Grande/MS, a sociedade empresarial Lótus Cerâmica Ltda. adquiriu um prédio ao lado da Escola Abelhinha, instituição de educação infantil. Ocorre que um jarro de cerâmica de 50 kg caiu sobre o carro da senhora Elvira quando esta trafegava pela via para buscar seu neto na escola. Além disso, há diversas reclamações de vizinhos sobre o barulho excessivo na produção dos objetos de cerâmica que, aliás, é tão intenso que quebrou alguns dos vidros da instituição de ensino vizinha. Com o passar dos meses, ainda se verificou a existência de problemas na estrutura do prédio, que manifestamente necessita de reparos.

Com base nessas informações, responda:

- a) A senhora Elvira pode buscar a indenização dos danos causados em seu veículo?
- b) A instituição de ensino pode buscar algum tipo de indenização em face da ? Se sim, qual a modalidade de responsabilidade que se vislumbra no caso?

Questão 02 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 03

Cláudia, advogada, dirigia na estrada em direção à sua casa de praia, em Salvador/BA, quando, no caminho, sofreu um acidente de trânsito causado pela imprudência de outro veículo, dirigido por Victor, que realizou ultrapassagem proibida.

Em razão do ocorrido, Cláudia precisou permanecer internada num hospital por três dias, ausentando-se do trabalho em seu escritório, além de ter ficado com uma cicatriz bastante saliente em seu pescoço. O único hospital público da pequena cidade estava sem médicos, pelo que ela teve de recorrer ao também único hospital particular da cidade. Como ela não possuía plano de saúde, teve de arcar com as despesas hospitalares.

Não obstante, Cláudia tomou conhecimento de que o automóvel de Victor está segurado junto à seguradora Estelar Ltda., com cobertura de danos materiais, razão pela qual decidiu ajuizar ação indenizatória em face de ambos. Tanto Victor como a seguradora apresentaram contestação, sendo que esta alegou a culpa exclusiva de Cláudia pelo acidente e a impossibilidade de figurar no polo passivo.

Em seguida, o juízo acatou a preliminar arguida pela seguradora, determinando sua exclusão do polo passivo e o prosseguimento da demanda exclusivamente em face de Victor.

Tendo em vista o caso narrado, responda aos itens a seguir.

A) Qual o recurso cabível contra a decisão que excluiu a seguradora do polo passivo da demanda?

B) Além do prejuízo material, quais outras espécies de danos Cláudia poderia ter requerido para garantir a maior extensão da reparação?

Questão 03 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 04

Há dois anos, Adalberto, que trabalha com fretes, adquiriu um automóvel seminovo, obrigando-se perante Pablo, vendedor, a pagar o preço em 26 (vinte e seis) prestações mensais de R\$ 2.500,00. No contrato de compra e venda, constou expressamente que o atraso de mais de 5 (cinco) dias no pagamento de qualquer das parcelas provocaria a resolução automática do contrato, com a perda das parcelas pagas. Neste mês, Adalberto, enfrentando dificuldades financeiras, deixou de efetuar o pagamento da parcela devida. Passados 10 dias do vencimento, Adalberto oferece a Pablo, dois relógios no valor de R\$ 1.000,00 cada um. Pablo recusa a oferta e propõe, em seguida, ação judicial de resolução do contrato, com pedido liminar de busca e apreensão do veículo.

Com base na narrativa acima, responda:

A) A ação de resolução do contrato merece ter seu pedido julgado procedente?

B) Pablo é obrigado a aceitar os relógios?

Questão 04 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

